

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

ECONOMIA CRIATIVA E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA, CULTURA E DESENVOLVIMENTO EM PALMAS -TO

Carlos Eduardo Panosso

"Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013."

RESUMO

Com o presente trabalho busca-se, ainda que de modo preliminar e baseado muito mais em discussões bibliográficas do que informações empíricas, reconhecer as relações existentes entre economia, cultura e desenvolvimento na cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins no Brasil. Mais especificamente, foi escolhido como objeto deste estudo o fato de que esta cidade possui muitas feiras, com diferentes características, mas que funcionam como espaços de sociabilização (o que inclui feirantes, consumidores e atores sociais ligados de forma mais intrínseca à produção cultural), de produção e consumo (materiais e/ou simbólicos), de criatividade e de escolhas ecológicas e, por que não, espaço e tempo para a participação política. É importante dizer que se entende as feiras aqui como efetivos Arranjos Produtivos Locais. O eixo referencial teórico adotado para realizar essa discussão é o que vem sendo produzido no campo da Economia Criativa, bem como textos de autores da área de ciências sociais (sobretudo da ciência política) que de alguma forma relacionam questões que envolvem economia, política e cultura.

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

Nem todo fim é um objetivo.

O fim de uma melodia não é um objetivo.

Friedrich Nietzsche

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa contribuir com o debate acerca do campo da Economia Criativa como possibilidade, ou não, de inclusão social e econômica, consolidando-se numa nova forma de participação política, no atual estágio do Capitalismo. Já que este, por sua vez, apresenta-se cada vez mais como um processo em escala global padronizando a economia, porém, ao mesmo tempo, abrindo novas possibilidades. Isso ocorrerá ainda no nível de especulações teóricas¹. Para isso, se tomará como pano de fundo dessa discussão, as relações existentes e possíveis entre a economia, a produção cultural e alguns ideais de desenvolvimento tomados como prerrogativas desse modo de produção.

As relações que se pretende demonstrar neste artigo, (a saber: como o modo de produção, os valores culturais e noções de desenvolvimento são partes de uma realidade social nova), podem ser percebidas e/ou reconhecidas de múltiplas maneiras e podem, num sentido amplo, ser compreendidas como formas de participação política e, em casos mais extremos e politizados, como formas de enfrentamento diante de novos e hegemônicos modelos da economia. Nesse sentido, levar-se-á em consideração que, dependendo do modelo de desenvolvimento adotado, as escolhas individuais ou mesmo coletivas (SEN, 2010) são importantes e que são nos campos da economia e do consumo material ou simbólico (onde se insere a ideia de Economia Criativa) que tais escolhas, ideologias e identidades se manifestam.

1 Este artigo compõe parte inicial de estudos vinculados ao projeto de pesquisa para Dedicação Exclusiva intitulado **Economia da Cultura, Educação e Trabalho: Estudo da produção, circulação e consumo de bens culturais em Palmas**, apresentado por mim no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO Campos Palmas. O projeto, por sua vez, está vinculado a Grupo de Pesquisa **Educação, Trabalho e Tecnologia** cadastrado junto ao CNPq.

O tempo, o lugar e as coisas tomados para esta discussão é a cidade de Palmas – TO, Brasil, mais precisamente o que as feiras (em especial a “Feira do Bosque”²³) representam como possibilidades de perceber as relações supracitadas. Considerando que as feiras representam espaços em que mais do que comércio de mercadorias (o que, diga-se de passagem, já resultaria em artigos bastante interessantes, em função da diversidade do que é vendido) ocorrem também trocas simbólicas de experiências culturais diversas, integração social, bem como se apresenta como local de escolhas e realização da liberdade no que tange ao tipo de consumo vinculado a uma ou outra ideologia, ou mesmo a participação econômica como acesso à participação política. Desse modo, parte-se da premissa de que as feiras representam espaço para a participação política. Entendidas dessa maneira, as feiras podem se tornar importantes objetos da gestão de políticas públicas porque, além de ser espaços tal como supracitados, de um modo mais pragmático, também são espaços para o entendimento do que é Economia Criativa, ou como funciona e o que são Arranjos Produtivos Locais, ou como funcionam.

É nesse sentido, então, que o artigo foi construído. As sessões que se seguem observam a continuidade da discussão, mantendo sob o foco principal justamente as relações existentes ou possíveis entre os temas propostos pelo título do trabalho. Assim, inicia-se o trabalho fazendo uma abordagem da relação entre questões ditas globais e situações locais e de que maneira se dão as possibilidades de superação de grandes desafios. Em seguida, uma discussão sobre o tempo, o lugar e as coisas envolvidos no processo de superação dos desafios postos, analisando assim o terreno de possibilidade da Economia Criativa no contexto da cidade Palmas e, sobretudo, das feiras. Depois o que se segue é a apresentação e discussão teórica dos campos da Economia Criativa e dos Arranjos Produtivos Locais, para depois pensar qual a possibilidade de incluí-los nas relações entre economia e política. Isto é, pensar esses campos como indutores de novas formas de participação política, sendo as feiras os dutos para isso, como é a ideia central deste breve artigo.

2 A cidade de Palmas, Tocantins, Brasil, possui uma quantidade significativa de feiras para o tamanho de sua população. Elas (as feiras) determinam impactos também significativos na vida do cidadão palmense também sob vários aspectos: econômicos, culturais, de sociabilidade. Todas as feiras comercializam todo tipo de produto. Entretanto a feira que se relaciona mais com os Arranjos Produtivos Locais ligados ao Turismo

3 O fato desta feira estar mais ligada ao Turismo já justifica a sua escolha. Entretanto, tal escolha se justifica também em função da minha participação como professor colaborador no projeto de extensão intitulado **APL em Turismo: possibilidades e limitações da Feira do Bosque no município de Palmas** coordenado pela professora Ana Jaimile da Cunha do IFTO, no qual foram realizadas pequenas entrevistas com os feirantes no mês de junho deste ano (2013) sobre suas perspectivas. Algumas das informações serão tratadas ao longo do trabalho, bem como informações sobre a própria **Feira do Bosque**, que será melhor descrita e discutida.

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

CONTEXTO: QUESTÕES GLOBAIS, SITUAÇÕES LOCAIS

Dentre os principais problemas enfrentados pela humanidade nos dias atuais, o Brasil, embora não detenha os seus monopólios, possui sim alguns e deve ter em sua agenda o reconhecimento de como eles configuram no país e, conseqüentemente, as formas de tratamento. Violência, conflitos étnicos e miséria estão, num certo sentido no cotidiano do país. Questões como a forte desigualdade social e os conflitos entre homem e natureza também estão presentes aqui, assim como estão em todos os países ditos em desenvolvimento.

De acordo com Sharada Ramanathan, os maiores desafios contemporâneos são: 1) a superação da violência relacionada ao terrorismo e aos conflitos étnicos e; 2) superação do conflito existente entre homem e natureza. Com relação ao primeiro desafio, Ramanathan destaca que: “a política de guerra e o terrorismo global se transformaram na face mais dominante da globalização. E, entre outros fatores, é a luta entre dominadores econômicos, culturalmente apáticos, e os dominados, culturalmente desprovidos” (2008:2014). De um modo bem direto, a pensadora do campo da cultura indiana, já associa qualquer que seja a solução de problemas nessa direção com fatores que envolvem a cultura e a economia. Entretanto, em relação ao segundo (desafio), ela ainda afirma que o contexto da globalização levou a uma urbanização e desagregação ambiental extremamente rápidas sem que a totalidade da população (pelo menos no caso da Índia e de certo modo no Brasil também) se beneficiasse do que o crescimento econômico traz. Assim, é difícil encontrar terreno fértil para a conciliação entre esses dois desafios.

Todavia, mais do que em muitos lugares, o Brasil apresenta características que podem ser essenciais na superação dos grandes desafios que envolvemo problemas supracitados. Assim com a Índia, no Brasil existe a convivência “pacífica” do local e do global, da padronização e da diversidade, da homogeneidade e da heterogeneidade. A superação dessas dicotomias pode estar na conciliação entre cultura, meio ambiente, mercado e política. O caminho para isso pode ser a Economia Criativa. Ramanathan, ao retratar a experiência de seu país, a Índia, diz que:

Como resultado, é mais do que natural que a massa crítica global alternativa procure por respostas e soluções em territórios relativamente inexplorados. O campo cultural é uma escolha natural – pensamento e ação cultural seminal, que foi relegado em face da modernidade, e poderia

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

estimular paradigmas alternativos de vida, de sustento e de estilo de vida que emanam daquela fonte especial: a criatividade (*Idem*:204).

Ela ainda define o que entende por criatividade e quais atividades estão envolvidas, bem como de que maneira esses “instrumentos” podem se tornar “ferramentas” no processo de superação dos grandes desafios da sociedade contemporânea:

A criatividade compreende todas as formas de ideias, pensamentos, ações e reações que geram algo seminal, original e geralmente positivo, já que ela está baseada no ato da criação e não no da destruição. Ela pode ser definida como tendo a capacidade ou o poder de criar, e é caracterizada pela originalidade e pela expressividade. A criatividade não está apenas ligada à administração de empresas artísticas e culturais, mas é na verdade o nascimento de uma ideia, de um pensamento que arquiteta o empreendimento cultural. A criatividade poderia ser entendida como uma experiência espiritual, emocional, experimental e até abstrata, que pode, às vezes, manifestar-se como uma ou outra forma de atividade; em outras ocasiões, ela continua a ser uma experiência. Dentro dessa perspectiva, o desenvolvimento das indústrias criativas é político, sociológico, cultural, ambiental e complexo. A noção de criatividade veio a ser identificada com o campo cultural, já que a sua unicidade reside no fato de dar igual legitimidade, tanto aos processos culturais tangíveis quanto aos intangíveis. (*Idem*, 204)

Nesse sentido, abre-se a perspectiva de que através da cultura, da criatividade, das especificidades locais e regionais possa haver a conciliação entre desenvolvimento, num âmbito mais amplo, bem dos desafios postos. Desde que a dicotomia local / global seja superada. E um país como o Brasil, reúne essas possibilidades, não negligenciando seus problemas e atentando também para experiências bem sucedidas nesse sentido em outros países.

O TEMPO, O LUGAR E AS COISAS

O Estado do Tocantins possui uma formação multicultural e pluriétnica bastante significativa, o que se pode observar na capital Palmas. Além disso, a cidade está em constante e vigoroso crescimento econômico e populacional que reforçam a sua formação múltipla e a colocam sob o foco de um “desenvolvimento” em uma cadeia global. É necessário, entretanto, entender e refletir sobre qual deva ser a melhor maneira de uma inserção na nova realidade econômica. Por mais diverso e múltiplo, e ao mesmo tempo *sui generis*, que um determinado contexto cultural

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

possa ser, hoje tudo parece estar subordinado a um contexto econômico mais amplo, isto é, mais global, assim como demonstra o sociólogo espanhol Manuel Castells:

Formas de organização econômica não se desenvolvem em um vazio social: estão enraizadas em culturas e instituições. Cada sociedade tende a gerar os próprios sistemas organizacionais. Quanto mais historicamente distinta é uma sociedade, mais ela se desenvolve de forma separada das outras e mais específicas são as suas formas organizacionais. Contudo, quando a tecnologia amplia o escopo da atividade econômica e quando os sistemas empresariais interagem em escala global, as formas organizacionais se difundem, fazem empréstimos mútuos e criam uma mistura correspondente a padrões de produção e concorrência muito comuns, adaptando-se simultaneamente aos ambientes sociais específicos em que operam. Equivale a dizer que a “lógica do mercado” é mediada pelas organizações, cultura e instituições de maneira tão profunda que, se os agentes econômicos ousassem seguir uma lógica de mercado abstrata, ditada pela ortodoxia da economia neoclássica, estariam perdidos. (...) A questão crucial, então, é esta: quais são as fontes da especificidade de mercado? Essa pergunta só poderá ser respondida por estudos comparativos de organização econômica. (CASTELLS, 1999:233)

É preciso entender, portanto, que qualquer que seja a realidade esta está vinculada com o que acontece no mundo. Mas é importante sobretudo entendê-la de dentro para fora. É nesse intuito que é necessário apresentar algumas informações sobre a cidade de Palmas. Tais informações que se seguem fazem parte de estudos realizados (Documento de Referência de 2012) pelo poder público da cidade para a elaboração de seu Plano Municipal de Educação:

A cidade de Palmas

1. Breve identificação e caracterização física

O município de Palmas foi criado por intermédio da Lei Estadual de nº 070, de 26 de julho de 1989, com o desmembramento dos municípios de Porto Nacional e de Taquaruçu do Porto. A capital tocantinense fica localizada no centro geodésico do Estado, limita-se ao Norte com o município de Tocantínia, ao Sul com os municípios de Porto Nacional e Monte do Carmo; a Leste com Aparecida do Rio Negro e a Oeste com Paraíso do Tocantins. Possui clima tropical e forte identidade paisagística, formada por uma faixa de terra com baixa declividade, distância média de 15 km entre a margem do Rio Tocantins e encosta da Serra do Lajeado. Sua extensão territorial é de 2.218,937 km², sendo 176,232 km² de área urbana (Lei Complementar nº 155, de 28 de dezembro de 2007). Possui uma densidade demográfica de 102,90 km² 2.

2. Aspectos populacionais

A população de Palmas é formada por pessoas oriundas das diversas regiões do país, em razão da implantação do Estado e da sua capital, no final da década de 1980. Diversos fatores contribuíram para a formação da população palmense e tocantinense, dentre eles a posição geográfica em que está localizado o Estado do Tocantins, com fronteira entre seis outros estados das regiões, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, são eles: Maranhão e Pará ao Norte, Goiás ao Sul, Maranhão Piauí e Bahia, ao Leste; Pará e Mato Grosso, a oeste. Em 2010, a população palmense era de 228.332 (duzentos e vinte e oito mil, trezentos e trinta e dois) habitantes, desses 49,4% eram homens e 50,6 mulheres. Residiam em área urbana 97,1% e 2,9 em área rural. A taxa média anual de crescimento da população do município de Palmas, no período de 2000 a 2010, foi de 5,21%, sendo o maior índice entre as 10 maiores cidades do Tocantins; obteve uma variação de 66,23 pontos percentuais. Segundo dados do IBGE/2010 estima-se que de 2010 a 2011 a população residente passou de 228.332 (duzentos e vinte e oito mil, trezentos e trinta e dois) para 242.070 (duzentos e quarenta e dois mil e setenta) habitantes, uma taxa de crescimento anual, aproximadamente, de 2,7 a 3%.

4. Aspectos Socioeconômicos

O Índice de Desenvolvimento Humano em Palmas era de 0,80 segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2000); e, da infância, 0,72 (UNICEF, 2004). O Produto Interno Bruto (PIB) da capital, em 2009, era de R\$ 2.964.231,00 (dois milhões, novecentos e sessenta quatro mil, duzentos e trinta e um reais) o PIB per capita, nesse mesmo ano, era de R\$ 15.713,27 (quinze mil, setecentos e treze reais e vinte e sete centavos). No período de 1999 a 2009 o PIB da capital tocantinense passou de R\$ 429.486,00 (quatrocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e oitenta e seis reais) para R\$ 2.964.231,00 (dois milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e trinta e um reais), correspondendo a um crescimento de 590%. A área de serviços foi a que mais contribuiu na economia palmense. Em 2009, representou 62,87% do PIB, seguido por 23,29% da Indústria e 0,7% da agropecuária. A área de serviços é composta principalmente por sociedades limitadas e firmas individuais, sendo na sua maior parte formada de microempresas, que representam 80% das 4.394 (quatro mil, trezentos e noventa e quatro) empresas existentes em Palmas, segundo dados do site oficial da Prefeitura. As unidades locais, relativas às atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, representavam, em 2010, 0,65% do total; à agricultura, pecuária e serviços relacionados correspondiam ao percentual de 0,51%; e, 12% relativas à produção florestal. A média salarial nas unidades locais relacionadas a essas atividades varia de 1,3 a 1,4 salários-mínimos. O percentual de 26,5% da população na zona

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

urbana e 51,4% na zona rural detém a maior média da renda per capita da população residente, pesquisada pelo Censo Demográfico (IBGE/2010), $\frac{1}{2}$ salário-mínimo. A proporção da população que tem a menor média da renda *per capita*, com até 70,00 (setenta reais), é de aproximadamente 3,5% na zona rural. Desses, a razão entre as médias referentes aos de cores branca/indígena e branca/preta foram de 2,0%, seguida por branca/parda em 1,8%; branca/amarela, 1,5% e preta/parda de 0,9%. Em todas as regiões urbanas de Palmas, TO, em 2009, a maior taxa de desemprego encontrava-se nas regiões periféricas da capital, sendo 30% na Região do Santa Bárbara, seguidas por Taquaralto com 23,7% , Aurenys com 21%. As regiões mais próximas do Centro, tais como as ARNOS, com 17,4% e as ARNES com menor índice de 9,4%. As maiores rendas médias do pessoal ocupado encontravam-se no Plano Diretor da cidade em comparação com as das regiões periféricas (satélites), sendo nas ARNES, R\$ 2.129,81 (dois mil cento e vinte e nove reais e oitenta e um centavos); ARSOS, R\$ 1.353,17 (um mil, trezentos e cinquenta e três reais e dezessete centavos). Os menores rendimentos médios foram registrados nas regiões: das ARNOS, no valor de R\$ 916,04 (novecentos e dezesseis reais e quatro centavos); e, nos Distritos de Taquaruçu e Buritirana, que registraram a menor média no valor de R\$ 603,60 (seiscentos e três reais e sessenta centavos).

5. Aspectos Culturais

Palmas, como na maior parte do país, possui uma diversidade cultural e religiosa significativa, com manifestações que agregam grupos de tradição nordestina, gaúcha e outras. Dentre as festas populares de manifestação cultural e religiosa do município, destacam-se os Festejos de São José, padroeiro de Palmas (dia 19 de março), o Concurso de Quadrilhas das Festas Juninas realizado no Arraiá da Capital, o Festival Gastronômico de Taquaruçu. Também fazem parte do calendário de festividades, os eventos cívicos relacionados ao Lançamento da Pedra Fundamental de criação da cidade (dia 20 de maio), à Proclamação da Independência do Brasil (7 de setembro) e à criação do estado do Tocantins (5 de outubro). Além das manifestações culturais anteriormente mencionadas, o calendário de eventos tem sido ampliado, com a realização anual da: Feira do Folclore, Artesanato e Comidas Típicas do Tocantins (Fecoarte); Feira de Negócios de Palmas (Fenepalmas); Feira do Empreendedor, Feira Agropecuária do Tocantins (Agrotins); Feira Literária Internacional do Tocantins (FLIT), que se iniciou com o Salão do Livro. A comida típica da cultura palmense é bastante influenciada pela cultura goiana, do norte e nordeste, destacando-se: o chambari, a tapioca, o arroz/frango com pequi, o açaí e o cupuaçu. No artesanato, o destaque fica para os materiais feitos com capim dourado, folha da palmeira de Buriti e jatobá (uma planta típica do cerrado brasileiro). Os recursos naturais existentes favorecem o ecoturismo, tendo como atração principal o Distrito de Taquaruçu, com diversas cachoeiras e vales. Também são atrativos turísticos: as praias de água doce

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

(Praia da Graciosa, Praia da Prata, Praia da Ilha do Canela, Praia das Arnos); o Memorial Coluna Prestes e a Praça dos Girassóis; o Espaço Popular da Feira da 304 Sul e a Feira do Bosque.

O CAMPO DA ECONOMIA CRIATIVA E OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

A Economia Criativa, propõe modos de reconhecimento e entendimento das potencialidades culturais, democráticas e econômicas de cada local ou região, evidenciando sempre as particularidades e singularidades de povos ou comunidades que nunca ou quase nunca são reconhecidos por “grande modelos de desenvolvimento econômico” encontra sentido. Desse modo, um estudo de tais particularidades e singularidades locais pode auxiliar de sobremaneira inclusive no entendimento dos papéis de cada um dos atores protagonistas desses processos, atores estes o Estado, a sociedade civil, o terceiro setor, a academia e a educação de um modo mais amplo.

Nas últimas décadas, os setores produtivos que de alguma forma se relacionam com a criatividade e com os aspectos culturais vêm ganhando muito destaque como instrumentos importantes no estaque das desigualdades sociais e gerando menos impactos ambientais. No entanto as “ferramentas” mais indicadas para tanto se encontram já na própria realidade quando contextualizada. É necessário, pois, um entendimento de como funciona tal realidade. Isto é o que se propõe com um estudo sobre Economia Criativa: saber, dentre os chamados arranjos produtivos locais, como se insere o trabalhador, o que devem fazer o Estado, a academia e outros atores importantes no que se chama de desenvolvimento.

A Economia Criativa e tudo o que ela abarca têm se configurado como um modelo de equação alternativo para situações determinadas de produção. A criatividade, num aspecto mais amplo, funciona como catalizador de processos novos e, inserida num contexto da economia mais amplo, cria oportunidades de resgatar o cidadão, no contexto social, e o consumidor, economicamente. Em função de sua abrangência, Ana Carla Fonseca Reis destaca que:

(...) a Economia Criativa tem suscitado discussões e estudos em áreas não puramente ligadas a uma política industrial ou econômica, mas tão vastas como atinentes à revisão do sistema educacional (questionando a adequação do perfil dos profissionais de hoje e a anunciando a emergência de novas profissões), a novas propostas de requalificação urbana

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

(...), à valoração do intangível cultural por parte de instituições financeiras (clamando por modelos de mensuração inspirados nos setores de patentes e marcas), a um reposicionamento do papel da cultura na estratégia socioeconômica (lidando paralelamente com conteúdos simbólicos e econômicos) e até mesmo à revisão da estrutura econômica, de cadeias setoriais para redes de valor, incluindo novos modelos de negócio (graças às novas tecnologias e à emergência de criações colaborativas) (REIS, 2008:19).

Assim, ela (a economia criativa) consiste em uma proposição de um novo paradigma socioeconômico porque consegue articular as dimensões que, aparentemente, se encontram deslocadas umas das outras, tais como: da cultura, do simbólico, da formação profissional para novos mercados, da dinâmica econômica e das identidades individuais e sociais. Tal articulação corresponde, grosso modo, a uma esfera global. É necessário, entretanto, vislumbrar quais elementos específicos uma determinada realidade local possui e de que maneira eles se relacionam. Ou seja, é necessário, diante disso, “encontrar as características da Economia Criativa adequadas a cada país ou região, identificar suas vantagens competitivas, sua unicidade, seus processos e dinâmicas culturais, as redes de valor criadas e o valor agregado potencial da intangibilidade de seus produtos e serviços” (*Idem*, 20).

A relação entre cultura e economia é indiscutível. É característica *sine qua non* do modo de produção capitalista a absorção dos aspectos simbólicos e incorporação de tais nos processos produtivos. A questão é que muitas vezes essa absorção ou incorporação acontece de forma assimétrica, submetendo e subjugando os elementos relacionados à criatividade, à cultura e à identidade, a um processo maior de produção, pois cria um abismo muito grande entre os modelos socioeconômicos e as realidades locais.

No entanto, pode-se questionar em que a ideia de Economia Criativa realmente contribui, visto que a criatividade sempre esteve presente no modo produção capitalista. Assim, segundo Ana Carla Fonseca Reis:

A novidade reside no reconhecimento de que o contexto formado pela convergência de tecnologias, a globalização e a insatisfação com o atual modelo socioeconômico mundial atribui à criatividade o papel de motivar e embasar novos modelos de negócios, processos organizacionais e uma arquitetura institucional que galvaniza setores e agentes econômicos e sociais (*Idem*, 23).

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

Vale lembrar que a Economia Criativa engloba setores e processos que possuem como “molas propulsoras” a criatividade e a cultura, sendo capazes, desse modo, de criar uma relação entre a produção local e singular e o contexto econômico mais amplo, dando visibilidade aos bens e serviços que possuem valor *simbólico e econômico*. Por isso, trabalhar com estatísticas mais gerais impossibilitam a visibilidade de particularidades setoriais – o que é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas, como formação profissional. Além disso, os dados raramente são compatíveis de região para região, considerando o uso de definições, metodologias, fontes e bases históricas distintas, tornam difícil, desse modo, o reconhecimento de gargalos e potenciais de produção. Assim, impõe-se a necessidade de definir além de “como medir”, definir principalmente “o que medir”.

É, portanto, necessário do ponto de vista da busca pelo desenvolvimento, um esforço conjunto. Economistas, sociólogos e, sobretudo, gestores, da esfera pública e privada, devem entender a importância da consideração dos aspectos locais e regionais no que tange a projetos de desenvolvimento. A abordagem dos Arranjos Produtivos Locais surge dentro dessa perspectiva como ferramenta de análise e de implementação de políticas e projetos que viabilizem o desenvolvimento, tendo como referência os potenciais do lugar. Esse processo é muito complexo porque envolve vários agentes (empresas, universidades, institutos de pesquisa, instituições de fomento, escolas e governos), bem como demanda a interação e cooperação entre todos eles. A definição de Arranjos Produtivos Locais é que estes são:

aglomerações territoriais de agentes econômicos políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: a formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (LASTRES et al., 2002:13)

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

Segundo a Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais – Redesist – UFRJ (1997), um arranjo produtivo local – APL é composto dos seguintes elementos:

1. Dimensão territorial
2. Diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais
3. Conhecimento tácito
4. Inovação e aprendizados interativos
5. Governança
6. Grau de enraizamento

Dentro dessa perspectiva, as feiras de Palmas aparecem como verdadeiros APLs. Elas apresentam uma dimensão territorial que pode ser percebida dentro de uma amplitude de todas as feiras, bem como, tratando-as de maneira isolada. Além disso, o circuito de feiras se constitui em arranjos produtivos locais devido à produção voltada propriamente para comercialização nelas mesmas. E, isoladamente, constituem diversidade de produção e comercialização. Possuem também processos de inovação e aprendizados interativos, bem como governança e enraizamento por parte daqueles que delas participam.

NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O que é desenvolvimento? Quais são os elementos que compõem este conceito? Quais são os parâmetros utilizados na mensuração do que ele vem a ser? Qual a rota adotada pelos países desenvolvidos e quais as que devem ser adotadas pelos países em desenvolvimento? Segundo Gilson Batista de Oliveira (2002:37), a discussão acerca deste conceito, ao menos no ambiente acadêmico, tem levado em consideração que este deve ser distinguido do entendimento de “crescimento econômico”, pois, segundo ele, “muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos”.

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

Não obstante, para o economista indiano Amartya Sen, a abordagem é ainda mais provocativa porque desenvolvimento pressupõe tanto o avanço nas liberdades de escolha, considerando-as disponíveis, quanto o avanço da capacidade de refletir sobre tais, fazendo com que a questão ecoe, assim, na política, na produção, no consumo, na educação, na formação profissional e nas identidades individuais ou sociais.

A expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é *constitutiva* do desenvolvimento. Porém, para uma compreensão mais plena da relação entre desenvolvimento e liberdade, precisamos ir além desse reconhecimento básico (ainda que crucial). A importância intrínseca da liberdade humana em geral, como o objetivo supremo do desenvolvimento, é acentadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção de liberdades de outros tipos. Os encadeamentos entre diferentes formas de liberdades são empíricos e casuais, e não constitutivos e compositivos. Por exemplo, há fortes indícios de que as liberdades econômicas e políticas se reforçam mutuamente, em vez de serem contrárias umas as outras (como às vezes se pensa). Analogamente, oportunidades sociais de educação e assistência médica, que podem requerer a ação pública, complementam oportunidades individuais de participação econômica e política e também favorecem novas iniciativas para vencer privações. Se o ponto de partida da abordagem é identificar a liberdade como o principal objetivo do desenvolvimento, o alcance da análise de políticas depende de estabelecer os encadeamentos empíricos que tornam coerente e convincente o ponto de vista da liberdade como perspectiva norteadora do processo de desenvolvimento. (SEN, 2010:10)

Falar de desenvolvimento implica em necessidade de “olhar” crítico e sistêmico sobre o estágio atual do modo de produção capitalista, tanto local como global. Nesse sentido, é pertinente qualquer preocupação com a insistência em paradigmas socioeconômicos incapazes de promover “avanço nas liberdades” e bem-estar social, permanecendo assim no conflito entre justiça distributiva e eficiência alocativa.

Pesquisadores de várias áreas, entre elas podem ser citadas com mais ênfase a Economia e as Ciências Sociais, vêm se debruçando sobre as relações existentes entre economia, produção e

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

seus aspectos simbólicos, no que diz respeito aos resultados já existentes e as possibilidades que este campo oferece. Vale ressaltar também que tanto as relações estabelecidas entre economia, campo fundamentalmente abordado por economistas, e a Cultura, objeto de conhecimento dos sociólogos e antropólogos, quanto à própria Economia Criativa, são ainda muito recentes em termos de produção do conhecimento e também de suas potencialidades econômicas.

Nesse contexto, os processos produtivos e geradores de riqueza, especialmente os relacionados à Economia Criativa e à economia da cultura vem ganhando muito destaque, tanto pelos resultados apresentados em termos de contribuições nos indicadores econômicos, quanto pela dimensão do seu campo de expansão ainda muito pouco conhecido e, ao mesmo tempo garantidor de escolhas e identidades. Isso porque a chamada “Economia Criativa compreende setores e processos que tem como insumo a criatividade e em especial a cultura, para gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços com valor *simbólico e econômico*”(REIS, 2008:23).

Por estas razões, tal como já foi dito, este artigo propõe uma discussão a respeito das relações possíveis entre cultura, economia e participação, analisando seus processos produtivos, sobretudo em seus aspectos simbólicos e geradores de identidades que já são produzidos ou podem ainda o ser no âmbito da cidade de Palmas.

Sobre a Noção de Desenvolvimento

Este artigo fala sobre as relações possíveis estabelecidas entre cultura, desenvolvimento, economia na cidade de Palmas, Tocantins. Embora a Economia Criativa funcione como “pano de fundo” e, ao mesmo tempo, o seu referencial teórico, o que se pretende aqui, na verdade, é fazer uma discussão sobre as perspectivas da consolidação de um campo da Economia Criativa na cidade de Palmas, vendo neste campo possibilidades de uma maior participação dos ditos atores sociais e políticos nos processos econômicos e, conseqüentemente garantindo aspectos importantes, como liberdades individuais e coletivas e escolhas que levem em consideração a construção e o reconhecimento de identidades. Esse pode ser um caminho para o Desenvolvimento devido à capacidade que a união entre áreas tidas como separadas (Economia, que envolve produção, geração de riquezas, circulação e comercialização e Cultura, envolvendo identidades, tradições etc e Criatividade) e que agora encontram sua conciliação.

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

Este setor da economia vem ganhando a atenção de acadêmicos e governantes, pois trata-se do reconhecimento de que a sua principal matéria-prima, a criatividade, e seu alto grau de abrangência, atinge todas as atividades produtivas, tais como design, moda, arquitetura, artes, produção cultural, cinema, turismo, mídia entre outros, incluindo a Educação como algo que permeia todas essas atividades. Esta atenção tem se refletido na quantidade de estudos sobre o tema nas últimas duas décadas. Nesse sentido, algumas obras passaram a ser referenciadas no assunto. É importante citar Scott (1997) sobre as cidades culturais, Pratt (1997), Caves (2001) e Vogel (2001), que abordam o sistema de produção das indústrias culturais e seus impactos na economia, e Florida (2002), sobre a “ascensão da classe criativa”, além de Howkins (2001) “aparece como o autor que deu forma a economia criativa, ao vendê-la como uma maneira das pessoas transformarem ideias em dinheiro”. Além desses autores, há pesquisas patrocinadas por governos e organismos multilaterais, como a da Unesco (2008), que representa um marco ao delimitar o que é e qual a importância da economia criativa nos tempos atuais, e suas relações com o desenvolvimento.

Muito embora o interesse acadêmico tenha ocorrido alguns anos mais tarde, os termos Indústria Criativa e Economia Criativa datam da década de 1990, a partir de projetos governamentais na Austrália em 1994 e no Reino Unido em 1997. Desse modo, o uso das expressões é relativamente recente e ganharam reforço com os lançamentos dos livros de Richard Caves *Creative Industries: contracts between art and commerce* (2000) e de John Howkins *The Creative Economy: how people make Money from ideas* (2001). Desde então atenta-se para o valor econômico que atividades ligadas de alguma forma à criatividade imprimem nas economias, sobretudo, desenvolvidas. Em 2004, quando da XI conferência Ministerial da Unctad, um tópico sobre indústrias criativas foi introduzido na agenda internacional de economia e desenvolvimento, tendo como foco as economias em desenvolvimento. Isso ocorreu em São Paulo, Brasil e chamou a atenção para a necessidade de uma agenda nesse campo, sobretudo em países em desenvolvimento.

Todavia, é necessária a atenção com relação à subordinação que os processos considerados criativos, simbólicos e culturais podem sofrer, caso a referência adotada no caso de aferição de desenvolvimento sejam os indicativos meramente econômicos. Tal cautela é proposta por Yudhishthir Raj Isar (2008:76). Tão pouco significa, a partir de tal cautela, que deve-se “rejeitar as oportunidades hoje disponíveis para investir mais pesada e estrategicamente em todos os pontos de produção, da distribuição e do consumo dos bens culturais – tanto para aumentar o florescimento da

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

cultura viva em si, como par aumentar a capacidade humana”, como argumenta o professor de estudos sobre políticas culturais na *American University of Paris*.

vista dessa forma holística, então, a exploração dos elementos culturais, nesse respeito, precisa reunir os insights de disciplinas como sociologia econômica, estudos culturais, estudos sociais de finanças, estudos de administração e gerenciamento, antropologia econômica, geografia cultural e estratégias metodológicas tão diversas como semiótica, etnografia, estudos sociais da ciência e teorias da prática. Essa abordagem mais ampla facilitaria a adoção analítica de uma série de tipos e regimes de produção cultural em todas as regiões do mundo, enquanto que muita da literatura sobre o assunto é baseada em realidades mais especificamente econômicas nos contextos da “economia do conhecimento” do Norte global, pós-industrial, e pós-Fordismo. Em outras palavras, explorar as indústrias culturais *stricto sensu* (muitas das quais são incipientes do que desenvolvidas no mundo não ocidental), bem como empreendimentos artesanais em campos tais como o artesanato, a exploração do patrimônio intangível, a expressão cultural comunitária etc. (Isar, 2008:79-80)

O pensamento clássico econômico costuma entender o campo da economia como algo separado de outras dimensões da vida em sociedade. Entretanto, nossa apreensão de economia seria muito mais rica se pudéssemos realmente abranger os processos das relações sociais e culturais que acompanham, são impactados por, ou abrangem o econômico.

ECONOMIA CRIATIVA MEDIANDO AS RELAÇÕES ENTRE CULTURA, DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O conceito de desenvolvimento tem passado por muitas transformações, sobretudo depois da publicação do relatório mundial do PNUD em 1990. Nas considerações a respeito do tema têm ganhado força as que, além das variáveis econômicas, consigam equacionar desenvolvimento social e ambientalmente justo, bem como as dimensões culturais. É justamente com o papel de articuladora que a Cultura, de uma forma bem ampla, aparece. Conforme Da Silva,

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

O interesse na temática da cultura e em sua articulação com propostas e concepções de desenvolvimento é crescente e abre diversas possibilidades de abordagem e discussão. Seja na economia gerada pela produção, circulação e consumo de bens cultura, ou na ideia de cultura como dimensão capaz de apontar os caminhos para o desenvolvimento de uma sociedade, o que se evidencia nos últimos anos é a recorrência constante à cultura para pensar o desenvolvimento. (2012:112).

Para o mesmo autor, é justamente no contexto dessa relação entre cultura e desenvolvimento que emerge a temática da Economia Criativa. Isso acontece porque cultura e desenvolvimento são dimensões de uma mesma realidade socialmente construída. São processos que se relacionam e são complementares a outros como o político e o sistema produtivo.

Considerando o sistema capitalista em sua escala global, uma noção de desenvolvimento universal que leve em conta somente os aspectos econômicos tem como efeitos também o subdesenvolvimento, porque deste modo, somente os números absolutos são tratados. De outra maneira, quando se consideram os fatores culturais, simbólicos e sociais, bem como as possibilidades locais e/ou regionais, o modelo de desenvolvimento se torna capaz de integrar as dimensões supracitadas, inclusive a própria relação local/regional/universal. É desse modo que a Economia Criativa apresenta as suas possibilidades.

A economia criativa incorpora um conjunto de atividades que tem o talento, na criatividade e na habilidade individual o seu principal insumo e cujos produtos geram propriedade intelectual. Neste escopo estão incluídas desde atividades tradicionais como artesanato até os setores de tecnologia de ponta, como a indústria de *softwares* e jogos eletrônicos. Esta economia criativa desponta como um dos setores mais dinâmicos da economia global, abrangendo uma diversidade de atividades econômicas, culturais, sociais e tecnológicas, além de um grande volume financeiro gerado pelo comércio de bens e serviços criativos (*Idem*, 117)

Palmas é a capital de Estado mais jovem do Brasil. Constitui-se em uma cidade planejada já no final do século XX, no contexto da pós-modernidade (HARVEY, 2001). Possui uma arquitetura e um traçado que, na prática, inviabiliza a integração social, bem como a participação política,

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

condições inerentes de quaisquer cidades. Seus espaços são setorizados e ainda não há locais onde economia, cultura e participação política se consolidam de maneira mais fluida. Todavia, os espaços das feiras parecem contrariar essa característica geral da cidade.

Entretanto, mesmo que a cidade de Palmas tenha uma economia fortemente concentrada na administração pública, alguns espaços têm se mostrado como campos de possibilidades para este campo da economia. Esses espaços são as feiras. Elas são importantes porque nelas há abertura para o comércio, a participação, a interação, etc. Além disso são espaços de cultura. O educador húngaro Máté Kovács (2008:105) cita os benefícios centrais que a cultura oferece nesse processo:

- as indústrias criativas são aspectos-chaves que definem comunidades atraentes para que aqueles que trabalham na área do conhecimento;
- a cultura é um componente-chave do mercado de turismo; o turismo cultural é um motor econômico essencial;
- as atividades de artes e cultura são catalisadoras dos esforços de revitalização da comunidade e podem fazer a diferença saúde, no crime, no emprego e na educação em comunidades pobres;
- as instalações, os projetos e as atividades culturais têm um impacto regenerativo nas cidades, nos municípios e nas áreas rurais;
- a educação e o treinamento nas artes são essenciais para desenvolver as habilidades dos jovens e desenvolver uma base de capital humano;
- a cultura é um agente de expressão, de preservação, de afirmação da diversidade, o que transmite identidade nacional e confiança, além de transmitir universalidade.

SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SUAS NOVAS FORMAS

O sentido ou noção de que é participação política se modifica a medida em que a própria realidade se transforma. Não obstante, no transcorrer de todo o século XX, a noção de democracia ganhou importância no ocidente não só como sistema de governo, mas também e principalmente como uma ideologia, bem com pelo conjunto de valores a ela associados tais como a liberdade e a igualdade.

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

A representação política foi consagrada, a partir do século XIX, como método de governo mais adequado a aproximar o exercício governamental da vontade coletiva. Seus princípios visam regular as relações entre representantes e representados, além de definir os mecanismos decisórios tanto da constituição da representação quanto do exercício da mesma. (p.205, apresentação da revista *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 4, n. 2, jan-jul 2004).

Essa transformação deve ser entendida como um processo ininterrupto que vai da formalidade do tipo de governo - democracia representativa e formal, de acordo com Norberto Bobbio (2007) à participação popular de diversas maneiras (algo próximo da ideia também de Bobbio acerca da Democracia Substancial). Isto é, é possível haver uma democracia formal, sem que os interesses coletivos e sociais sejam verdadeiramente atendidos em uma democracia substancial.

Diferente do mecanismo de intermediação política, operado pela estrutura representativa do Estado, a participação direta dos cidadãos nos negócios públicos relegou-se à condição de mecanismo complementar, acessado apenas em situações críticas. Apenas a participação eleitoral é regular; outros instrumentos da democracia direta – como o plebiscito, o referendo ou o mandato de injunção – são considerados excepcionais (*Idem*, 206)

Todavia, nos últimos anos vem se evidenciando uma relativa crise de representatividade desse modelo político (democracia), fazendo com que alguns autores debruçem sobre a questão:

Desde a década de 1970, entretanto, a literatura acadêmica vem se ocupando em diagnosticar e encontrar soluções para o que ficou conhecido como a crise da representação política, ou ainda, da própria democracia representativa. Elites políticas encasteladas, apatia política dos cidadãos em geral, ausência de accountability são algumas das evidências apontadas como sendo características da disfunção do mecanismo representativo da democracia. (*Idem*, 206)

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

A partir deste diagnóstico, a mobilização popular em prol da ação política passou a ser valorada positivamente. A fim de resgatar a legitimidade dos sistemas políticos democráticos, novas formas de canalizar a participação política para intervir nas decisões estatais foram desenvolvidas, assim como se ampliaram as esferas de controle social sobre o Estado. Esse processo de mudança originou-se em duas fontes distintas e complementares: se, por um lado, ampliou-se a demanda dos movimentos sociais por maior participação nas decisões estatais, por outro, o próprio Estado tornou-se mais permeável, criando canais, institucionalizados ou não, para a intervenção direta de setores articulados da sociedade. (*Idem* 206)

O consumo, por exemplo, tem sido tratado por alguns autores das Ciências Sociais também como forma de participação ou demarcação de ideologias políticas. Como aponta Felipe Colomé,

a ascensão de discursos e práticas sobre novos modos e modelos de consumo, como propostas de consumo verde, sustentável, comércio e consumo justos e outros, tem sido analisados enquanto processos que buscam politizar em diferentes termos as práticas de consumo, percebidas pelos ambientalistas enquanto grandes responsáveis pela crise ambiental. Assim, a partir desta responsabilização do consumo no contexto das sociedades industrializadas (principalmente nos países ricos) e seus estilos de vida consumistas, surgem novas propostas para o enfrentamento da crise ambiental via politização do consumo, como a do “consumo verde” e “consumo sustentável” (COLOMÉ, 2012:3)

Do mesmo modo que escolhas relacionadas ao consumo podem manifestar ideologias políticas ou a elas relacionadas e, conseqüentemente, denotar formas de participação, modos de inserção na produção e comercialização também serão entendidos aqui, neste artigo, como formas (ou novas formas) de participação política. Nesse sentido, o objeto tomado para tal discussão são as feiras, entendendo-as, neste caso, como espaços que possibilitam a participação. Como estabelece Amartya Sen, “há fortes indícios de que as liberdades econômicas e políticas se reforçam mutuamente, em vez de serem contrárias umas as outras” (2010:10).

FEIRAS COMO POSSIBILIDADE

Como já foi dito neste artigo, a cidade de Palmas é uma cidade muito jovem, tendo apenas 24 anos e, apesar disso, é possível reconhecer nesta cidade algumas características bem peculiares. Dentre essas características, é necessário apontar duas, uma marcadamente social e outra econômica: 1) Palmas é uma cidade planejada sob óptica da pós-modernidade (HARVEY, 2001), tendo como um tipo de sociabilidade que podemos chamar de setorizada. É uma cidade de grandes avenidas para carros e a circulação de pedestres se dá em poucos lugares; 2) por ser jovem, a cidade se vê ainda muito dependente de organismos estatais para a circulação de riquezas, tendo a máquina pública, desse modo, como o principal indutor de sua economia.

O que aparece como contraponto a essas características, bem como corrobora a principal de todas elas, que é a multiplicidade e diversidade cultural, é o fato de nessa cidade existirem muitas feiras. Em toda a cidade são aproximadamente 10 feiras que acontecem em dias diversificados e em diferentes locais da cidade. Bem diversificadas também são as características delas próprias. Elas vão de feira totalmente livre a feiras restritas ao produtor local. Nelas também comercializam-se de produtos agrícolas a artesanatos muito sofisticados, como é o caso do “capim dourado”⁴.

São locais onde a integração social parece ocorrer como mais fluidez, a circulação de riquezas se torna perceptível, bem como as liberdades de escolhas se realizam. Por exemplo, a feira que acontece na quadra 304 sul, no centro da cidade é um local onde pessoas de diferentes classes

4 O Estado do Tocantins tem ficado famoso pela produção de artesanato que utiliza o “capim dourado” como matéria-prima. Este, por sua vez, consiste numa espécie de sempre-viva da família Eriocaulaceae (*Syngonanthus nitens* Ruhland) que ocorre na região do Jalapão. Não se tem notícia sobre a existência dessa planta em outras regiões.

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

sociais frequentam, produtos de diferentes preços são comercializados, além de ocorrer também diuturnamente apresentações e manifestações culturais. Vale dizer também que é um local muito utilizado por políticos em épocas de campanhas eleitorais.

O destaque merece ser dado à feira conhecida como “Feira do Bosque”⁵. Funcionando desde 1996 no mesmo local (paço municipal de Palmas)⁶, ela é a feira que foge um pouco às características das demais. Ela ocorre todos os domingos⁷ à tarde (a partir das 16h) e se realiza muito mais como um espaço de convivência e lazer para os moradores da cidade, bem como lugar de comercialização de comidas e produtos típicos da região voltados para o fluxo de turistas que a cidade tem visto crescer ao longo dos últimos anos. Em um artigo produzido sobre a feira, Poliana Macedo de Souza destaca que:

A feira é caracterizada principalmente por ser um espaço aberto para múltiplas manifestações artísticas (...), além de ser um espaço de sociabilidade que recebe de três a cinco mil pessoas a cada domingo, porém com público (turistas e comunidade) flutuante devido ao período da estação do ano, o que garante a renda e emprego aos feirantes. Na época de férias escolares e período de verão (julho a outubro) aumenta-se o fluxo de visitantes na feira. (SOUZA, 2012)

No referido trabalho, Souza se propõe a verificar se a feira é considerada por seus frequentadores e feirantes como um local que representa a identidade palmense. Através de entrevistas informais e questionários, a autora constata que sim. Isso se aplica também à iniciativa do presente artigo. Aqui a proposta é relacionar o fato de a feira se constituir em um arranjo

-
- 5 A Feira do Bosque, localizada na Praça Bosque dos Pioneiros em Palmas, foi criada no dia 17 de dezembro de 1995. É considerada uma das mais antigas da capital e beneficia direta e indiretamente cerca de mil pessoas. Nela, o visitante encontra 167 barracas, onde são comercializados, entre outros, produtos de couro, pano, rendas, bordado, barro e vidro, além de comidas típicas da região. Trata-se de um dos principais pontos turísticos, que traduz o espírito criativo dos artesãos e feirantes tocantinenses.
- 6 A prefeitura da cidade está localizada na quadra 502 sul, dentro de uma praça conhecida como “Bosque dos Pioneiros”. A praça possui centenas de árvores precedentes à construção da cidade e é tombada como patrimônio municipal e estadual.
- 7 No seu início, a “Feira do Bosque” ocorria a com sazonalidade de 15 dias. No entanto, em função da demanda que ela apresentou ao longo dos anos, ela ocorre agora dos os domingos do ano sem exceção, o que demonstra a sua pungência em todos os sentidos.

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

produtivo local, consistindo assim, também em um campo da Economia Criativa, não olvidando que, desse modo se constitui também em espaço de diversidade, sociabilidade e, porque não, espaço de escolhas e liberdades individuais, afirmando assim a possibilidade de participação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve artigo se procurou demonstrar, ainda que de maneira preliminar, reconhecer algumas relações possíveis entre alguns aspectos da realidade, tais como o modo de produção, os valores culturais e as noções de desenvolvimento. Além disto, buscou-se também o reconhecimento de como essas relações podem ser percebidas por diferentes atores sociais e, num sentido amplo, se podem ser compreendidas como formas de participação política.

Levando isso a cabo, foi iniciativa também deste trabalho, verificar se é possível entender, em casos mais extremos e politizados, a participação na economia criativa, por meio das feiras (seja produzindo, vendendo ou consumindo) como formas de enfrentamento diante de novos e hegemônicos modelos da economia. Nesse sentido, levou-se em consideração que, dependendo do modelo de desenvolvimento adotado, as escolhas individuais ou mesmo coletivas são importantes e que são nos campos da economia e do consumo material ou simbólico (onde se insere a ideia de Economia Criativa) que tais escolhas, ideologias e identidades se manifestam.

Por fim, o que virá agora é apenas uma abertura para a continuação deste trabalho. Isso porque, o comentário do antropólogo norte-americano Clifford Geertz de que trabalhos não são terminados, trabalhos são abandonados, faz todo sentido. Não pelo abandono, mas com certeza porque não se termina, apenas inicia-se.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede, Vol. 1. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

CAVES, Richard. *Creative Industries. Contracts between art and commerce*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

FLORIDA, Richard. *A Ascensão da Classe Criativa e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano*. Porto Alegre, RS: LePM, 2011.

HAVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

HOWKINS, J. *The Creative Economy: how people make money from ideas*. London: Penguin Press, 2001.

ISAR, Yudhishtir Ray. “Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento”. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

OLIVEIRA, Gilson Batista. *Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

PLANO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE PALMAS – TOCANTINS,
<http://portal.palmas.to.gov.br/servico/125/>

PRATT, A. *The cultural industries production system: a case study of employment change in Britain, 1984-91*. “Environmental and Planning A”, v. 29, n.11, 1997.

RAMANATHAN, Sharada. *A Economia Criativa como uma Estratégia de Desenvolvimento: A Visão dos Países em Desenvolvimento: A Perspectiva Indiana*. IN: REIS, Ana Carla Fonseca (org.) “Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento”. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

REDE DE PESQUISA EM SISTEMAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.
<http://www.redesist.ie.ufrj.br/Semi/Claes/textos/Panel%2007%20-%20Sergio%20Castro.pdf>

REIS, Ana Carla Fonseca (org.) *Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

SCOTT, A. J. *The cultural economy of cities*. In: “International Journal of Urban and Regional Research” v.2, 1997.

Área: Participação, Representação e Atores Sociais

Subárea: Novas Formas de Participação Política

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Poliana M. *Feira do Bosque: espaço para a construção da identidade cultural de Palmas – Tocantins*. www.bocc.ubi.pt. Portugal, 2012.

KOVÁKS, Máté. *A Economia Criativa e a Erradicação da Pobreza na África: Princípios e Realidades*. IN: REIS, Ana Carla Fonseca (org.) “Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento”. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.